

JORNAL

adunicamp

ANO 14

OUTUBRO

94

Publicação da Associação de Docentes da UNICAMP - Campinas - SP

AVANÇAM OS TRABALHOS DAS COMISSÕES DA ADUNICAMP

Nesta edição, a Adunicamp apresenta entrevista, artigos e relatos referentes aos trabalhos desenvolvidos por duas de suas Comissões de Estudos: Política Universitária e Política de Pesquisa.

Entrevista com a Professora Lúcia Pereira da Silva/IB, da Comissão de Política Universitária - Páginas 4 e 5

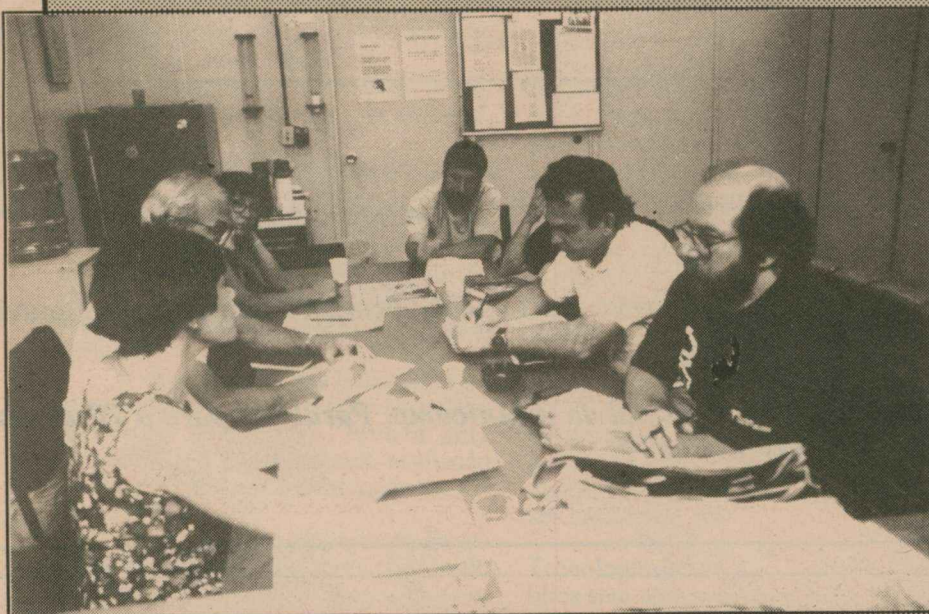


Foto: Mário Camargo

**São temas de artigos:
RDIDP, Política
Internacional, Tolerância
Páginas 6, 7 e 10**

**Informe do Encontro sobre Tolerância promovido pela Unesco, no Rio
Páginas 8 e 9**

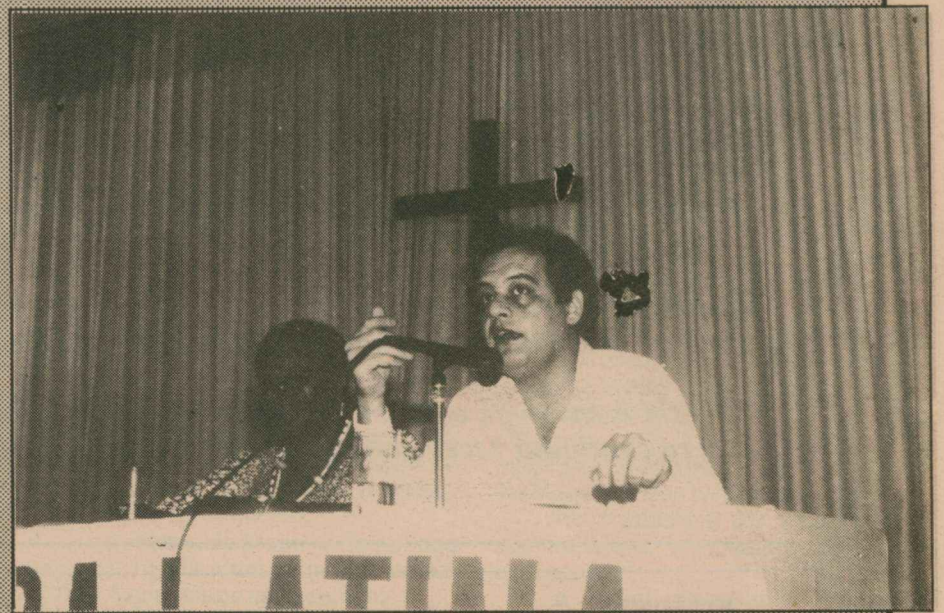


Foto: Arquivo

**Relatório da Comissão
de Política de Pesquisa - Página 11
Adunicamp terá nova sede - Página 12**

EDITORIAL

URGE REUNIÃO CRUESP-FÓRUM

Conforme relatado no Boletim Adunicamp de 13/09/94, as informações fornecidas pelo Cruesp em sua última reunião com o Fórum das Seis, a 09/09/94, apontavam que o comprometimento do orçamento das três universidades estaduais paulistas com salários e encargos decorrentes atingia 85%.

Ora, pelo comunicado nº 09/94 do Cruesp, de 17/06/94, este comprometimento corresponde à meta estipulada para dezembro, enquanto em setembro o índice estimado de comprometimento seria 88%.

As informações disponíveis posteriormente indicam comprometimento efetivo ainda menor que o então observado. A arrecadação de agosto, publicada no DOE em setembro, cresceu de 797 para 808 bilhões de reais, e a de setembro atingiu 862 bilhões ao invés dos 840 estipulados naquela planilha.

Por fim, todas as informações da atividade econômica apontam para crescimento ainda maior em outubro.

Tudo isto indica existirem condições para recuperação salarial significativa.

Desde a última reunião do Fórum com o Cruesp ficou claro que um obstáculo ao cumprimento das propostas do próprio Cruesp vinha sendo o atraso no pagamento dos recursos orçamentários por parte do governo do Estado.

Estes atrasos se repetem desde maio, a cada mês o governo salda seu débito anterior e contrai novo, redistribuindo os pagamentos à sua conveniência.

As entidades constituintes do Fórum das Seis assumiram a luta contra tal atraso, que compromete os salários tanto quanto o custeio e o investimento nas Universidades. Fizem publicar matéria paga nos principais órgãos de imprensa de São Paulo denunciando o descaso do governo do Estado com as Universidades (ver reprodução ao lado, Folha de S. Paulo, 30/09/94).

Publicidade

Fleury dá calote nas universidades

O governo Fleury não repassa os recursos devidos às universidades estaduais, comprometendo gravemente o ensino, a pesquisa, a extensão e os salários de docentes e funcionários.

O governo já deve à USP, UNESP e UNICAMP mais de 40 milhões de reais.

Não há possibilidade do exercício efetivo da cidadania sem educação pública, gratuita e de qualidade para todos.

É, portanto, urgente que aqueles que lutam pelo avanço da democracia social no Brasil façam uso de todos os meios legítimos a ser dispor, inclusive o voto, para por fim à irresponsabilidade de governos, sejam municipais, estaduais ou federal, para com os serviços públicos essenciais como educação e saúde.

ADUNESP-S.SIND., ADUNICAMP, ADUSP-S.SIND., SINTUNESP, SINTUSP, SINTEPS, STU

Acionam agora a Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo pelo cumprimento da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei de Meios por parte do governo Estadual.

Não se pode afirmar, entretanto, que estes atrasos impossibilitem uma maior recuperação salarial, levando em conta que a atividade econômica de agosto a outubro superou as expectativas do Cruesp.

O Fórum das Seis estima que, nos termos do comunicado nº 09/94 do Cruesp, é possível uma reposição de 18% em novembro. Para isto o Fórum inicia agora a Campanha Salarial de Emergência.

Por isto é urgente que o Cruesp responda à solicitação do Fórum das Seis pelo rápido agendamento de nova reunião.



CARTAS

Em setembro/94, o Professor Antonio Gomes Trigueiros (IFGW/Unicamp) escreveu de Lund (Suécia), à Adunicamp, congratulando-se com a diretoria pela volta do Jornal da Adunicamp:

"Recebi o envelope com o material. Obrigado. Fiquei contente em ler o Jornal da Adunicamp. Parabéns para a Diretoria. (...) Espero continuar recebendo o material. Tudo de bom para vocês. Trigueiros"

EXPEDIENTE

Diretoria:

- José Ricardo Figueiredo - Presidente
- Itala D'Ottaviano - 1º Vice-Presidente
- João Wanderley Geraldi - 2º Vice-Presidente
- Michel Sadalla Filho - 1º Secretário
- Reinaldo Camargo Rigitano - 2º Secretário
- Marcela Haun - 1º Tesoureiro
- Elias Basile Tambourgi - 2º Tesoureiro
- Carlos Fernando de Andrade - Diretor Administrativo
- Helena Costa Lopes de Freitas - Diretor de Imprensa
- Helena Jank - Diretor Cultural

**Jornal da Adunicamp
Outubro / 1994**

- Edição, Projeto gráfico e Editoração Eletrônica:
- Márcia Maria C. M. Fantinatti - MTB 22.521
- Revisão: Elena Cristina Caetano
- Tiragem: 2.500 exemplares
- Distribuição gratuita

**Associação de Docentes da Unicamp
Cidade Universitária "Zeferino Vaz" - Fone: (0192) 39-1148
Cx. Postal 6158 - Campinas/SP**

Da megalomania ao feijão-com-arroz

Uma das revelações do episódio Ricúpero-parabólicas foi quanto o ex-ministro supervalorizava seu próprio ego, como na frase "o governo precisa muito mais de mim do que eu dele", e em outras. O ministro foi-se, e a política econômica em nada foi modificada por sua saída.

Foi o que se viu com outra de suas frases, acerca do "negócio de importação": "Isso não é brincadeira não. Eu vou fazer um troço firme". O ministro anunciava algo que ocorreu de fato, independente dele não ser mais ministro. Assim que assumiu, o ministro Ciro Gomes decretou a diminuição brusca da taxa de importação de mais de cinco mil itens. Em outubro, anunciou sobretaxas à exportação de matérias primas.

A liberalização das importações, muito mais que desejo do ex-ministro, era reclamada há tempos pelo pensamento liberal-conservador, cujo ferramental de combate à inflação consiste no freio ao consumo para diminuição da demanda e liberalização de importações para aumento de oferta.

Antes das eleições toda ênfase foi posta na liberalização das importações. Enquanto a contenção da demanda é a política dolorosa da recessão, a expansão da oferta via importação é um instrumento muito prazeroso de início, quando o consumidor é brindado com produtos estrangeiros baratos, e o emprego do trabalhador ainda não foi ameaçado. Enquanto a contenção da demanda tem o velho sabor da nossa "década perdida" dos 80, a liberalização de importações aparece como o novo e o moderno, apesar de ter sido a política praticada no Império, na República Velha e no governo Dutra. Aca-

lenta a megalomania cansada, dos Colôr e dos Ricúpero, de trazer o Primeiro Mundo ao Brasil, tendo desistido de percorrer o caminho inverso.

"A queima das reservas propriamente ditas, aquelas acumuladas por antigos superávits na balança de pagamentos, é em si um desperdício inaceitável."

A atual liberalização do comércio exterior se baseia nas supostamente altas reservas brasileiras de quarenta bilhões de dólares. Como dissera o ex-ministro, "Eu estou cheio de reservas, pô!".

A queima destas reservas tende a ser rápida. Além das novas políticas tarifárias, a sobrevalorização do Real frente ao dólar é muito alta. A URV se fixara em torno de um dólar, e hoje um dólar compra apenas cerca de 0,85 Real. Como a inflação acumulada URV-Real é oficialmente cerca de 14%, a supervalorização do real é da ordem de 30%.

Com tudo isto o controle da inflação apoiou-se com muito andor sobre as tais reservas, que na verdade são de barro. A queima das reservas propriamente ditas, aquelas acumuladas por antigos superávits na balança de pagamentos, é em si um desperdício inaceitável. Mas a maior parte dos 40 bilhões de dólares é formada por dinheiro es-

trangeiro aplicado no mercado financeiro interno devido aos altos juros aqui pagos; não são reservas efetivas, mas empréstimos altamente onerosos. Depender deste dinheiro para saldar o balanço de pagamentos é uma rodaviva infernal. Pelos problemas derivados das políticas cambial e tarifária para as reservas e para a economia nacionais, o Editorial do Jornal da Adunicamp de agosto previa que estas políticas seriam por curto tempo a "âncora" da estabilização, mas que logo esta voltaria a se basear no tradicional feijão-com-arroz de contenção de consumo. É precisamente isto que se começa a observar agora, passado o primeiro turno das eleições.

Para reverter a tendência à supervalorização do Real, o Banco Central intervém pela primeira vez comprando dólares, e o governo introduz imposto sobre o capital estrangeiro investido em nossa ciranda. Em paralelo, lança um conjunto de medidas de contenção de crédito ao consumo: diminuição de prazos das prestações e recolhimento de compulsório sobre empréstimos bancários, provocando nova alta de juros.

Todo este arrocho não significa que o consumo seja verdadeiramente explosivo em relação à capacidade de produção instalada.

A política salarial não foi desenhada para aumentar o poder de compra dos assalariados. Os assalariados que podiam manter o poder aquisitivo do seu dinheiro ao longo do mês através dos fundões não tiveram ganho nenhum. Os que, por seus salários muito baixos, estavam excluídos desta proteção tiveram um ganho real, mas que foi anulado pela inflação acumulada em URV-Real.

A maior parte do aumento de con-

sumo deve-se à retirada de dinheiro da poupança, ao crédito facilitado pela estabilização, e ao aquecimento sazonal da economia no final do ano, fatos transitórios na economia. Ainda assim o consumo esteve bastante aquém do que ocorreu com o Plano Cruzado, exceto no caso dos automóveis.

"Os assalariados que podiam manter o poder aquisitivo do seu dinheiro ao longo do mês através dos fundões não tiveram ganho nenhum."

O aumento de consumo assim modesto, elogiado antes das eleições até porque estimulava o aumento de oferta, é esconjurado depois delas. As eleições foram a distância que separou a megalomania primeiro-mundista do feijão-com-arroz recessivo.

O governo priva-se de ferramentas imprescindíveis para o controle da inflação quando abdica do controle de preços nos setores oligopolizados, quando renuncia ao controle da produção pela privatização de setores estratégicos, e quando acata as condições de pagamento da dívida externa. Preso aos ditames do liberal-conservadorismo, insiste numa política anti-inflacionária ineficaz, socialmente injusta e, como se comprova agora, incapaz de permitir a retomada do crescimento econômico.

Informe Publicitário

LANÇAMENTO

CONDOMÍNIO RESIDENCIAL FECHADO



- Ao lado da Mata Santa Genebra c/ todo conforto p/ morar.
- Total segurança p/ sua família.
- Completa área de lazer.
- Condições de pagamento: com facilidades.
- Incluso no preço: muro de fechamento já construído, luz, guia, sarjeta e asfalto.
- Lotes a partir de 450 m².

Consulte:

CARDOSO CONSULTORIA DE IMÓVEIS - Rua Falcão Filho, 152 - Campinas - FONE: 31-9066
JOSÉ C. TALARICO - FONE: 43-7404


ENTREVISTA

Adunicamp entrevista a Professora Lúcia Pereira da Silva

Lúcia é Membro da Comissão de Política Universitária criada pela Adunicamp

No início de outubro, a Adunicamp entrevistou a Profa. Lúcia Pereira da Silva, do Instituto de Biologia/Unicamp, para ouvir sua opinião sobre os trabalhos da Comissão de Política Universitária. Ela é representante docente no Conselho Universitário e tem coordenado os trabalhos da citada Comissão da Adunicamp criada pelo Conselho de Representantes, à época da greve de maio/94, como forma de melhorar a organização da entidade e aprofundar sua atuação.


A Comissão tem realizado a discussão de temas ligados a Normas, Regimentos, Portarias que regem a vida universitária da Unicamp. São membros permanentes da Comissão, juntamente com a Profa. Lúcia, os seguintes docentes: Thomas M. Lewinsohn/IB, Ângela Araújo/IFCH, Luiz Fernando Milanez/FEM, Nelson C. Marcelino/FEF, Pedro J. Winterstein/FEF, Márcia Abreu/IEL, Helena Jank/IA e Ítala D'Ottaviano/IFCH (Adunicamp).

Na entrevista, destacam-se os pontos de discussão levantados acerca do cumprimento do RDIDP - Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa - bem como sugestão de dinâmica a ser adotada frente as contradições hoje existentes em relação ao citado Regime de trabalho.


Adunicamp - 1. Como foi criada a Comissão de Política Universitária da Adunicamp?

Lúcia - Inicialmente, a representação docente, junto com funcionários e discentes, no Conselho Universitário, havia proposto que se aproveitasse o tempo disponível devido ao período eleitoral - em que as contratações na Universidade não são permitidas - para que a gente pudesse diagnosticar a situação de áreas em que havia a necessidade, ou não, de contratação. Com base no Regime de trabalho dos docentes de cada área, no cumprimento do RDIDP, nos afastamentos, nas previsões de aposentadorias, tanto em relação a docentes quanto a funcionários, seria feito um levantamento da situação.


Uma vez diagnosticada a situação, poderíamos propor soluções. Quer dizer, nosso objetivo inicial seria a proposição de uma política de contratação tanto para docentes quanto para funcionários. Com o início da greve, houve várias reuniões do CR da Adunicamp e surgiu a proposta de se formar uma Comissão com os interessados nessa discussão, para fornecer subsídios à representação docente no Consu. Esta proposta foi levada à assembléia geral da Adunicamp, de 22 de junho/94, onde foi aprovada.


2. A greve e a situação salarial motivaram a criação da Comissão? Há alguma relação?

Eu vejo, na medida em que eu mesma coloquei em reuniões da CEPE que a questão dos salários, na Universidade está relacionada ao cumprimento do RDIDP. Quantas são as aposentadorias em RDIDP de pessoas que notoriamente não cumpriam o regime de trabalho, das pessoas que passaram ao regime de RDIDP somente para se aposentar? Isto significa que a Universidade está gastando dinheiro sem ter retorno, o retorno da finalidade na qual ela está empregando o dinheiro.

Além disso, se houvesse uma atribuição do regime somente para aqueles que realmente cumprissem o RDIDP, certamente sobraria dinheiro para que os salários em RDIDP fossem melhores.


De uma certa forma, não se justifica você estar com salário baixo e começar a arrumar "bico por fora", porque o que temos que fazer é lutar para ter salários que possam nos manter. Se o RDIDP existe, o salário tem que ser adequado para que realmente a pessoa possa viver disso.


3. Em que medida essa prática (não cumprimento do regime) se evidencia na Unicamp?

Existem áreas em que notoriamente comenta-se existir um número significativo de docentes que não cumprem o RDIDP. Não estou propondo - o Reitor usa muito esse termo - uma "caça às bruxas". Realmente, caça às bruxas, nominalmente, eu acho que está errado porque você está

vendo um caso, no entanto, existem dezenas semelhantes.

Acho que embora concentrados em algumas áreas, devem existir praticamente na Universidade inteira.


4. Que áreas são essas e, em sua opinião, porquê razões?

Em algumas áreas, porque há uma facilidade maior de conseguir desenvolver atividades externas, pela própria natureza da profissão.


É notório na FCM, por exemplo. Você pega o livrinho da Unimed, que é distribuído aos associados, portanto de conhecimento público. Quem não conhece? E eu duvido que a Reitoria não conheça o livro da Unimed. Há inúmeros docentes da FCM em RDIDP e que têm seus consultórios particulares. Existem docentes de outras unidades, dentistas por exemplo, que também têm consultórios; existem docentes da Faculdade de Economia, das Engenharias e áreas tecnológicas, que têm escritórios e que assinam como responsáveis por esses escritórios, ou prestam consultorias. Em outras Unidades, há docentes lecionando em universidades privadas, portanto a questão é bastante ampla.

Há algumas áreas que se prestam mais a esse tipo de atividade externa à Universidade, outras, menos. Mas, certamente, o que existe é um corporativismo grande em relação a por "panos-quentes" na situação.

Tenho certeza que cada Departamento sabe quais são os docentes que estão em situação regular e que estão em situação irregular em relação ao RDIDP.

Agora, o fato do Departamento - que seria assim, o responsável imediato de detectar e propor as mudanças de regime - não tomar essa atitude... Eu acho que todos: chefe de Departamento, Conselho Departamental, remetem sempre a uma instância superior. É mais fácil você justificar que está seguindo uma ordem que veio de cima do que se propor a investigar, se propor a colocar claramente, porque você não quer estar envolvido numa situação dessa. E é devido ao corporativismo, mesmo: "Olha: quebra meu galho, porque a situação está assim, está assada...". No fundo, no fundo, acho que se você comparar - e na época da greve a gente tinha aquele quadrinho do escorregador dos salários, não é? - é evidente porque razão se burla, cada vez mais, o RDIDP. Não é só aqui na Unicamp não, acho que na USP e Unesp também não difere muito.

Porém não é só uma questão salarial porque embora eu ache que a questão salarial é bastante importante, e é o que pesa na maior parte das vezes - há algumas áreas em que se diz que o exercício da profissão fora da Universidade enriquece profissionalmente o docente. Por exemplo, o médico que só atenda no Hospital Universitário não tem a mesma visão que se atender no consultório particular e tiver outros tipos de clientes, é outro tipo de casos que ele vê dentro e fora da Universidade.


5. Haveria como compatibilizar Regime de contratação/prática acadêmica, respeitando especificidades das diferentes áreas na Universidade?

Eu acho que deve existir uma forma de compatibilização. Não sei qual seria a melhor forma de compatibilizar, mas acho que porisso é que nós precisamos de um estudo assim: muito

claro, muito honesto. Vamos ver quais são as propostas, quais as áreas em que existe essa demanda muito grande de atividades externas, como compatibilizar isso com algum tipo de regime aqui dentro. O que não pode é termos um regime que as pessoas fingem que cumprem e a Universidade finge que acredita que elas cumprem. Isto é que está errado. Não sei a receita para a regra ideal. Teríamos que estudar honestamente, pé no chão.

Vamos, então, tirar o RDIDP? Vamos deixar só o regime, por exemplo, de 30 horas, 40 horas? Não sei.

Quer dizer, as áreas em questão deveriam estudar profundamente o assunto e propor ao Conselho Universitário qual seria a forma ideal, e aí as várias áreas fazendo suas propostas, poderíamos chegar a um nivelamento básico do que seria o regime de trabalho na Universidade compatível com esse tipo de atividade, que muitas vezes, para o profissional e para o ensino profissionalizante, é importante.

6. As normas que regem o RDIDP estão de acordo com a realidade da Universidade hoje?

O cumprimento do RDIDP não deve se referir somente a cumprir normas, horário, tempo aqui dentro da Universidade.

O cumprimento do RDIDP, eu vejo de duas formas: além de você cumprir as normas, quaisquer que elas sejam - se você está nesse regime é porque você aceita estas normas, senão o correto seria mudar de regime - também é importante o que você produz dentro desse regime. Ou seja: Porque existe o RDIDP? Qual a vantagem do RDIDP sobre os outros regimes? Historicamente, por que foi criado o RDIDP? Para permitir que a pesquisa se desenvolvesse dentro da Universidade. E isso na medida em que a pesquisa foi considerada importante no desenvolvimento da capacidade didática.

Desenvolvendo pesquisa numa determinada área, você estaria apto a ensinar melhor naquela área. Realmente as universidades tiveram um grande desenvolvimento com a criação do RDIDP. Isso produziu, dentro da Universidade grupos de pesquisa bastante fortes e portanto núcleos de excelência de ensino.

A Unicamp foi criada quando já existia o RDIDP. Desde sua criação, a tendência era realmente a contratação em RDIDP. Existia entrevista por uma Comissão que aplicava ou não o Regime RDIDP para as pessoas. E a maioria delas realmente obtinha. Isso, até foi citado recentemente numa reunião do Conselho Universitário, por um outro docente, que historicamente foi muito importante para a Unicamp. Só que a concessão desse Regime passou a ser mais ou menos indiscriminada.

Agora, estamos numa situação assim: existem pessoas que não cumprem o RDIDP porque têm outras atividades fora, e pessoas que não cumprem o RDIDP porque, embora não tenham outras atividades fora, o que fazem aqui dentro não condiz com o Regime. Quer dizer o RDIDP prevê que o docente tenha uma carga didática, que ele produza pesquisa, que participe de serviços de extensão à comunidade, que ele oriente teses, tenha publicações. Pelo relatório de atividades, a pessoa às vezes não têm. Pelo relatório de atividades algumas vezes você não justifica o RDIDP.

Esse docente não está desenvolvendo atividades compatíveis com aquele regime. Não é só o problema de não ter atividades fora da Univer-

sidade. É também aquilo que se faz aqui dentro. Aí pode-se dizer: "eu posso fazer sem estar aqui dentro, eu posso fazer fora". Mas a importância de se fazer aqui dentro é estar disponível para que os alunos estejam em contato com você. A comunidade da universidade, estando em contato com as pessoas que estão aqui em tempo integral, tem um desenvolvimento maior. Então o fato do docente ser tempo integral e estar produzindo noutros lugares leva a que, no mínimo ele esteja privando a Universidade da convivência direta com essa sua produção.

Acho que em tudo na vida você tem que ter equilíbrio. Não é só tempo, não é marcar ponto no relógio, não é só atividade de publicações.

Acho que são todos esses aspectos que têm que ser levados em consideração.

Não é uma coisa única, são várias. E tudo isso tem que ser analisado e essa análise não é uma análise que se possa fazer da noite para o dia. Ela tem que ser bem pensada e, talvez para áreas diferentes, com exigências diferentes essa análise leve a conclusões diferentes. Por isso que essas propostas têm que ser levadas para o órgão máximo, que é o Conselho Universitário, para deliberar a respeito do que realmente se adequa melhor à Universidade, em termos de regime de trabalho.



Foto: Mário Camargo

"Se se quer propor uma política de contratação, uma política de regimes e modificações até nas regras que regem os regimes de trabalho, tem-se que diagnosticar qual é a situação real da Universidade. Não adianta fazer normas utópicas porque, depois, as pessoas não vão cumprir."

7. Quanto à Comissão de Política Universitária, quais são as perspectivas de trabalho?

O plano que a gente tem é o seguinte: na primeira reunião para tratar RDIDP especificamente, iremos trazer a documentação existente sobre o RDIDP. Recentemente, houve uma modificação dessas normas do Regime de Dedicção Integral e algumas modificações que até suscitaram, na ocasião, algumas reclamações de docentes com relação às exigências.

Por exemplo: a questão das colaborações

permitidas pelo Regime. Por essa nova disposição, as colaborações só são permitidas a docentes que tenham, no mínimo, título de doutor e isso tem uma razão de ser. A Comissão (ACPD) formulou essa proposta, por que era uma forma de você incentivar que o docente primeiro obtivesse a sua titulação, para depois começar a usar o seu tempo em colaborações. Então ele inicialmente iria se titular; uma vez obtido o título de doutor, aí ele poderia participar de colaborações. E antes disso, ele deveria realmente investir na sua tese de doutorado. Então, era alguma coisa que estaria dentro do projeto qualidade no sentido de que a carreira universitária, agora, começaria no nível de professor doutor MS-3, como já foi aprovado há algum tempo aqui na Unicamp, na USP e na Unesp também.

8. A Comissão está tendo facilidade em lidar com os dados de que precisa?

As coisas formais do RDIDP a Comissão possui: as normas do Regime, formato do novo relatório trienal, a portaria que regulamenta a entrega e a punição em relação à não entrega do relatório de atividade.

Os dados que nós solicitamos a respeito de quantos docentes estão em RDIDP, quantos docentes estão afastados, que tipos de afastamento eles têm, com vencimentos, sem vencimentos, uma série de informações, enfim, não dispomos. Consta da Ata do Conselho Universitário do dia 21 de maio, a solicitação de alguns membros da representação docente, discente e servidores. Depois de criada a Comissão pela Adunicamp, a entidade, através de sua diretoria, mandou um ofício ao Reitor solicitando basicamente os mesmos dados. Tanto a representação docente quanto a Adunicamp receberam como resposta uma carta do magnífico Reitor dizendo que esses dados deveriam ser solicitados aos órgãos administrativos competentes e junto a cada uma das Unidades de ensino e pesquisa. Isso nos causou muita estranheza porque, além de dificultar a obtenção dos dados, atrasa o trabalho. Quer dizer, em vez de a gente ter uma listagem ou esses dados serem fornecidos pela Reitoria, que certamente os tem, o que chega é uma carta dizendo: "Olha: não vai dar para entregar esses dados..."

Na Ata do Conselho Universitário do dia 26 de julho, consta - palavras do próprio Reitor - que esses dados já estariam sendo levantados pela DGRH e pelos órgãos competentes e que seriam dados de domínio público, estariam à disposição de quem se interessasse.

A carta, então, realmente veio contradizer essa disposição manifestada pelo Reitor no Conselho Universitário do dia 26 de julho, de deixar esses dados disponíveis para a comunidade.

9. Qual a importância desses dados para o trabalho da Comissão?

Esses dados são fundamentais ao diagnóstico. Por exemplo, um médico não pode receitar um medicamento se não sabe se o paciente está com uma úlcera no estômago ou se está com apendicite. Tem que, primeiro, fazer o diagnóstico para depois propor uma solução. Se se quer propor uma política de contratação, uma política de regimes e modificações até nas regras que regem os regimes de trabalho, tem-se que diagnosticar qual é a situação real da Universidade. Não adianta fazer normas utópicas porque, depois, as pessoas não vão cumprir.

Regime de trabalho dos docentes: é preciso rever com coragem e determinação

Luís Carlos Guedes Pinto

"Onde a fraude é permitida ou existe conivência, o honesto é sempre prejudicado e o patife leva sempre vantagem" - Jonathan Swift, em "As Viagens de Gulliver", 1726

Antes de tudo, sejamos claros. Vamos tratar daquilo que todos sabemos e conhecemos: o não cumprimento das normas que regulamentam os regimes de trabalho dos docentes na Unicamp. Sutil ou descaradamente esta é uma realidade presente, com maior ou menor intensidade, em quase todas as unidades da Universidade. Ainda que comentada, esta questão não é enfrentada pelas chefias, diretorias e nem pela administração superior, pois trata-se de um imenso "abacaxi". Descascá-lo significa ferir interesses há muito estabelecidos, companheiros, amigos e todos aqueles - que não são poucos - que se beneficiam desta situação. Ademais, quando alguém resolve levantar o tema para o debate, exibem-se as normas, que aliás são rigorosas; se necessário, criam-se comissões e revêem-se as normas. Se há insistência por parte de algum atrevido, pede-se para que atire a primeira pedra denunciando colegas. Atitude que, felizmente, não tem sido adotada pelos críticos da atual situação, pois é óbvio que não é esta a forma adequada de enfrentá-la. E tudo continua como dantes no quartel de abrantes.


Pretendemos, com estas notas, trazer uma contribuição para a discussão e superação deste problema que, a bem da verdade, não é novo na Unicamp, nem de responsabilidade da atual administração.

O RDIDP foi criado com o objetivo de tornar a docência universitária, aliando-a à pesquisa, uma atividade profissional regular. Como contrapartida a esta dedicação exclusiva foram oferecidos salários que permitissem ao professor viver condignamente. Não foi por acaso que as universidades estaduais paulistas, a começar pela USP, destacaram-se no cenário nacional.

A queda do salário real, acompanhada de outras transformações ocorridas com a chamada "modernização" de nossa economia (que não discutiremos neste artigo), fez com que a burla do RDIDP, fenômeno inicialmente raro e localizado (nem por isso justificado), fosse se espalhando e generalizando, permitindo o surgimento de casos extremos, que

citamos a título meramente ilustrativo, como: estando em RDIDP divulgar seu nome publicamente oferecendo seus serviços; ter residência em outro Estado, e até mesmo aposentar-se sem nunca ter residido efetivamente no Estado de São Paulo; apresentar-se em entrevista como profissional de outra instituição; comparecer à Universidade apenas para dar aula - quando há alocação - apresentando como atividade trabalhos realizados em outros órgãos.


Esta situação é gravíssima. Contamina e corrompe o conjunto colocando em risco a própria instituição. Se este processo continuar avançando, chegaremos a um ponto sem retorno (quando outros interesses sobrepõem-se aos da Universidade) que, segundo alguns, já teria sido atingido em algumas unidades, nas quais dedicar-se exclusivamente à Unicamp é motivo de chacota ou, para aqueles que se consideram superiores, sinal de incompetência.

 "O RDIDP foi criado com o objetivo de tornar a docência universitária, aliando-a à pesquisa, uma atividade profissional regular."

A sempre presente questão salarial - que merece uma análise à parte - está indissolavelmente ligada ao controle dos regimes de trabalho. A universidade não tem recursos, nem pode se dar ao luxo, de continuar pagando salários (e posteriormente aposentadorias) em RDIDP àqueles que a ela não se dedicam, mas a utilizam como fonte de prestígio para suas atividades externas e para complementação salarial. Nestas condições, uma política de recuperação dos salários reais torna-se simplesmente impossível.

Esta questão dos regimes de trabalho precisa ser enfrentada com coragem e determinação. Com tranquilidade e maturidade, porém sem constrangimentos. E urgentemente, enquanto a contaminação é limitada


e passível de reversão. Não se trata de perseguições nem de caça às bruxas. Aliás, a atual situação é que permite isso, com base em normas rigorosas, que podem ser aplicadas de forma discricionária, ao sabor de cooptações negociadas segundo interesses políticos, pessoais ou de grupos.

 "Neste enfrentamento, o reconhecimento e valorização da efetiva dedicação integral à docência e pesquisa deve ser o eixo condutor do processo."

Neste enfrentamento, o reconhecimento e valorização da efetiva dedicação integral à docência e pesquisa deve ser o eixo condutor do processo. Se necessário, façam-se ajustes nas normas, que permitam a conciliação do RDIDP com outras atividades profissionais relevantes para o trabalho realizado na Unicamp. Isto porém deve ser absolutamente claro e transparente. Os limites entre o que pode e o que não pode ser feito, e como, não podem ser vagos e tênues, facilitando o desrespeito pouco ético dos compromissos assumidos (e especialmente os remunerados) em relação ao RDIDP. De outro lado é preciso reconhecer, também, que outros regimes de trabalho têm um papel complementar, porém importante, na Universidade. Há profissionais competentes, que não querem dedicar-se exclusivamente à docência e pesquisa, mas que têm interesse em manter vínculos com a Universidade. Não há porque não recebê-los e integrá-los na instituição; suas contribuições podem ser relevantes e em alguns casos, insubstituíveis. É necessário, pois, encontrar um lugar adequado para esses profissionais, recompensando-os satisfatoriamente pelo trabalho realizado. Finalmente temos o caso daqueles que só querem dar aulas e, efetivamente, é o que fazem. Pode ser do interesse da Unicamp este tipo de atuação e assim devem ser remunerados.

Feitos os ajustes que forem considerados necessários, trata-se de controlar e fazer cumprir rigorosamente os regimes de trabalho. Do contrário continuaremos num mundo de "faz de conta" que está corroendo a Universidade e colocando em xeque o seu futuro.

A superação deste problema, através de uma ação madura e tranquila como dissemos acima, só pode trazer benefícios a todos aqueles que encaram com seriedade o seu trabalho universitário; reconhecendo e valorizando o RDIDP daqueles que o cumprem e afastando os que burlam as normas; resolvendo a situação daqueles que se encontram em condição irregular, expostos a punições e, muitas vezes, constrangidos e insatisfeitos consigo mesmos.

 "Respeitar rigorosamente as normas que regulamentam o RDIDP deve tornar-se princípio ético inquestionável e motivo de orgulho. Em hipótese alguma pode-se permitir o seu descumprimento."

Respeitar rigorosamente as normas que regulamentam o RDIDP deve tornar-se princípio ético inquestionável e motivo de orgulho. Em hipótese alguma pode-se permitir o seu descumprimento. Para tanto deve-se ajustar as situações concretas existentes na Universidade aos demais regimes de trabalho, se necessário adequando-os. Isto é pré-condição para qualquer projeto de recuperação salarial e de fortalecimento institucional.

Luís Carlos Guedes Pinto é Professor do Instituto de Economia/Unicamp.

Universidade

O RDIDP na Unicamp

Luiz Fernando Milanez

Cap. I, Art. 1º -

"O Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), regime preferencial do corpo docente da Unicamp, tem por finalidade estimular e favorecer a realização da pesquisa nas diferentes áreas do saber e do conhecimento, assim como, correlatamente, contribuir para a eficiência do ensino e da difusão de idéias e conhecimento para a comunidade."

(Deliberação CONSU A-28/93)

A Unicamp atingiu o conceito que atualmente desfruta, graças ao trabalho e ao esforço de boa parte dos seus docentes. Hoje, já consolidada como uma das melhores universidades do país, a Unicamp passa por uma situação financeira que não lhe permite remunerar seus docentes com salários adequados, como aliás reconheceu o próprio Reitor na reunião do CONSU de 27 de setembro passado. Acredito que seja este o momento oportuno para que possamos fazer uma reflexão consequente sobre o regime de trabalho dos docentes, uma vez que o nosso salário é função do número de docentes na folha de pagamento. Além disso, o aumento gradativo dos docentes que se aposentam e que continuam na folha de pagamento, agrava a situação dos salários dos ativos.

Existem basicamente duas situações relativas ao RDIDP que merecem consideração. A primeira é a dos docentes que sabidamente não cumprem o RDIDP. A segunda é daqueles que

cumprem o RDIDP, porém este cumprimento não se traduz em pesquisa.


 "Vários docentes desta Universidade contratados em RDIDP não cumprem, como deveriam, este regime de trabalho."

Vários docentes desta Universidade contratados em RDIDP não cumprem, como deveriam, este regime de trabalho. Alguns até residem fora do estado de São Paulo! São os chamados "notáveis", que somente não são notados no campus ou nas atividades aqui desenvolvidas. Alguns destes já estão próximos de uma aposentadoria e entrarão na nossa folha, de onde só sairão mortos, sem ter efetivamente contribuído para a vida acadêmica desta Universidade. Nossa Universidade não tem mais a necessidade deste tipo de fachada. Para outros docentes que não cumprem o RDIDP, a argumentação é que a presença destas pessoas aqui não é necessária porque podem trabalhar melhor em casa. Não é desta forma que eu compreendo uma Universidade que proporciona a troca de idéias pela convivência. Por esta argumentação deveríamos aceitar também uma secretária que tenha um micro computador em

casa e prefira trabalhar em casa e passar pela Universidade uma vez por semana para pegar o serviço. Ou um técnico de oficina que tenha um pequeno torno mecânico no quintal de sua casa e prefira trabalhar lá junto da sua família. Não se está exigindo que o docente em RDIDP esteja na Unicamp das 8:00 às 17:00 horas, de segunda a sexta, mas este não pode se eximir da responsabilidade de ministrar disciplinas na graduação e na pós-graduação, além de orientar teses e estar à disposição dos alunos.

Outro problema são os docentes que efetivamente cumprem o Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa mas este cumprimento não se traduz em resultados de pesquisa. As razões para isto são as mais diversas, desde sobrecarga didática em unidades onde os docentes mais titulados não se envolvem com a graduação como deveriam, até falta de condições acadêmicas para o desenvolvimento de uma tese de doutorado. Há casos de docentes em RDIDP que já estão há cerca de 20 anos para produzir uma tese de doutorado. Foi criado o "Projeto Qualidade" para resolver esta situação, mas que na verdade está se transformando em um "Projeto Quantidade". Cedo ou tarde, estas teses serão concluídas, premidas pelos prazos impostos. Algumas destas teses poderão até ser de boa qualidade, mas a maioria produzirá resultados que, se chegarem a ser divulgados, o serão em congressos inexpressivos e de pouca abrangência, e não em veículos de divulgação de

primeira linha, como seria de se esperar para uma tese de doutorado.

 "Alguns destes já estão próximos de uma aposentadoria e entrarão na nossa folha, de onde só sairão mortos, sem ter efetivamente contribuído para a vida acadêmica desta Universidade."

Não se está exigindo que todos os docentes desta Universidade sejam brilhantes. Docentes com maior vocação para o ensino podem se dedicar mais à docência e à produção de textos didáticos. Contratações devem ser realizadas em bases acadêmicas. Concursos devem ser mais transparentes pois a maioria dos até aqui realizados não apresentou disputas com outros concorrentes. A ética profissional deve ser observada não apenas na teoria, mas também na prática!

Luiz Fernando Milanez é Professor do Departamento de Energia da FEM/Unicamp e Representante dos Professores Titulares no Consu.



POLÍTICA INTERNACIONAL

Esqueçam tudo, mesmo!


José Ricardo Figueiredo

A viagem do presidente eleito pelo Leste Europeu foi preparada e noticiada com extrema discrição. Segundo as primeiras informações, o futuro presidente apenas acompanharia sua esposa, antropóloga, a um congresso em Moscou.

A dimensão da viagem se tornou visível quando o futuro presidente passou a se encontrar com os presidentes da Rússia, da Hungria e da República Checa. Por mais que tais reuniões sejam adjetivadas como informais, há evidente significado político no encontro entre chefes de Estado no poder ou prestes a assumi-lo.

Os encontros têm o claro sentido de apoio do futuro presidente brasileiro aos processos políticos e econômi-

cos em marcha naqueles países. Reiteram sua adesão aos princípios liberais da privatização, desregulamentação etc.. Mas o encontro com o presidente russo, em particular, possui contornos políticos bastante graves.

 "Por mais que tais reuniões sejam adjetivadas como informais, há evidente significado político no encontro entre chefes de Estado no poder ou prestes a assumi-lo."

Em 1991, o Sr. Boris Yeltsin adquiriu a aura de defensor da democracia após a tentativa de golpe de agosto. Por certo tempo pode contar com apoio parlamentar para todas as suas iniciativas, incluído o próprio desmembramento da antiga URSS. Entretanto, pouco mais de um ano depois, o mesmo parlamento russo já se encontrava em oposição ao estilo autoritário do presidente e a sua insensibilidade diante das conseqüências sociais da política econômica.

A real preocupação de Yeltsin com a democracia ficaria clara para o mundo em 93, quando decretou o fechamento do Congresso, determinou a brutal repressão aos seus defensores, e impôs novas eleições parlamentares sob o signo da censura à imprensa e fechamento de partidos de oposição.

Tais atos de tirania foram apoiados pela maioria dos governos ocidentais, incluído o brasileiro, no tempo em que o futuro presidente ocupava cargo de ministro.

Com a recente visita, reforçada pelos elogios de Fernando Henrique Cardoso ao presidente russo, o apoio político é também reiterado. É muito preocupante ver a profissão de fé democrática, que o futuro presidente brasileiro ostentou nos seus tempos de liderança anti-ditatorial, incluída entre aqueles itens que ele pediu que fossem esquecidos.

José Ricardo Figueiredo é Professor do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica/Unicamp e Presidente da Adunicamp.

EVENTO

Realizado, no Rio, Encontro sobre a Tolerância na América Latina e Caribe

Dezenas de representantes de instituições públicas e privadas, de diversos países latino-americanos e caribenhos, estiveram reunidos no Rio de Janeiro, de 12 a 16 de setembro, para a realização do Encontro sobre a Tolerância na América Latina e Caribe. Promoveram o evento: Unesco, Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Santa Úrsula.

Leonardo Boff, José Arthur Gianotti, entre outras inúmeras personalidades, estiveram presentes. A Adunicamp foi representada por seu presidente, o Prof. José Ricardo Figueiredo, que integrou a mesa de trabalhos do Encontro, participando como relator e debatedor.

Foram quatro dias de discussões sobre os direitos humanos, justiça social entre outros temas. Ao final dos debates, e respondendo à convocação da Unesco para preparação do Ano Mundial da Tolerância/1995, participantes do Encontro redigiram uma declaração que transcrevemos a seguir.

Essa declaração foi referendada pelos presentes à sessão de encerramento. A Coordenação Geral do Encontro solicita, no entanto, que eventuais observações ou alterações sejam-lhe remetidas, que poderão ser encaminhadas, em forma de adendo à declaração, à Unesco.

A Coordenação solicita ainda que, eventuais colaboradores - que desejem dar prosseguimento à ação pela tolerância e pela paz - informem, com máxima urgência, o seguinte: Como estaria disposto a atuar? Que atividades poderia realizar no quadro do Ano Mundial da Tolerância? Tem algum projeto específico que gostaria de desenvolver? Se tiver, é preciso remeter o mesmo à Coordenação até, no máximo, 10 de janeiro/95, para não perder o prazo junto à Unesco para o biênio 1996/97. Os interessados devem entrar em contato com a Adunicamp.

Foto: Arquivo



Franklin Trein, Murilo Ferreira, José Arthur Giannotti, Manuel Yusti (Presidente da Mesa), Leonardo Boff, Antonio Sidekum, José Ricardo Figueiredo (Relator)

I - Contexto Latino-americano

1 - Violações dos direitos humanos

A história de mais de 500 anos de conquista da América Latina, com seus acertos e percalços, está mortalmente marcada pela violação e pelo desrespeito generalizado à vida e à dignidade do ser humano. Privados dos seus direitos fundamentais, homens e mulheres, povos negros e indígenas, crianças, jovens e anciões, pessoas portadoras de deficiências físicas e mentais, e até nações inteiras sofrem as conseqüências da intolerância institucionalizada que lhes nega sua vocação humana.

2 - Miséria e injustiça social

O momento histórico atual caracteriza-se por uma experiência de tragédia econômica para a grande maioria dos povos latino-americanos e caribenhos, agravada hoje pelo incremento da deterioração ambiental. Uma grande parte deles acha-se submersa na mais absoluta miséria material e social, situação que se deriva do fracasso do modelo econômico caracterizado pelo crescente abismo que separa uma minoria cada vez mais poderosa da maioria cada vez mais mergulhada na pobreza absoluta. Esta situação exige justiça social, que não é outra coisa senão a participação ética na vida socioeconômica.

3 - Neoliberalismo

Na América Latina, o neoliberalismo instalou-se sem respeitar identidades ou diversidades, impondo uma concepção reducionista, financeira e mercantil do desenvolvimento. Tem-se a impressão, pois, de que seu objetivo final seria o de acabar com a energia mais transcendente do ser humano: a esperança.

O neoliberalismo tem resultado no aprofundamento das desigualdades; sua imposição procura substituir a voz dos cidadãos e da Nação pela voz do mercado, excluindo as maiorias, desintegrando as diversas expressões da vida social e favorecendo condutas egoístas que rompem com as solidariedades necessárias.

4 - Fragilidade e descrédito da democracia

Na maioria de nossos países, a democracia, apesar de seu enraizamento conjuntural, da superação de regimes ditatoriais e da adoção de novas constituições, apresenta uma grande fragilidade que debilita os pilares básicos do que deve ser um Estado de Direito e aumenta o descrédito do sistema democrático. A situação atual caracteriza-se por:

Declaração sobre a tolerância segundo a perspectiva da América Latina e do Caribe

- Altos índices de impunidade;
- Falta de canais de participação política;
- Forte cisão entre Estado e Sociedade civil;
- Enfraquecimento da sociedade civil por meios repressivos;
- Manutenção de privilégios por parte de certos grupos em detrimento das maiorias;
- Desequilíbrio na distribuição da riqueza.

5 - Identidade e pluralismo cultural e étnico

Para o fortalecimento da identidade das culturas e etnias, torna-se necessário seu pleno reconhecimento aos níveis nacional e internacional. Continuam a prevalecer imagens dos latino-americanos e caribenhos que encobrem a grande diversidade de culturas e etnias, a maior riqueza do Continente. A interação em termos de mútuo respeito deve levar à auto-afirmação das culturas e etnias e ao reconhecimento de sua pluralidade em termos de equiparação.

II - Redefinição da tolerância segundo a perspectiva da América Latina e do Caribe

1 - Aspecto histórico

Em razão de sua proveniência histórica, a qual sugere fortes conotações de aceitação passiva de pessoas e entidades que dificilmente se respeitam ou se valorizam entre si, consideramos que a realidade de um continente mestiço como o nosso exige ainda uma compreensão dinâmica, solidária e responsável do conceito de Tolerância que permita relacioná-lo com os problemas específicos do continente americano.

2 - Tolerância ativa e engajada

Sendo imprescindível para a realização plena do ser humano em seu mundo histórico e social, a Tolerância não pode ser compreendida como uma atitude passiva, mas como atitude positiva, ativa e comprometida eticamente com o respeito aos outros. Na América Latina e no Caribe, ela é um compromisso ético, histórico, com a realização do ser humano e com a realização da paz e da justiça entre povos, cultura e nações, única possibilidade real de deixar sem justificção os extremismos.

3 - Limite e requisitos da Tolerância

A Tolerância tem como condição essencial a consciência da própria identidade e um sentido realista do próprio valor. Somente quem está seguro de sua identidade cultural está em condições

de aceitar como legítimo tudo que é estranho e diferente.

Os limites da Tolerância são estabelecidos quando se reconhece que ela não deve ser confundida nem com a indiferença nem com a indulgência cúmplice.

A Tolerância requer cultivo e não deve ser resultado de uma concessão graciosa. Deve ser o produto de uma socialização bem sucedida e do respeito irrestrito aos Direitos Humanos de Primeira, Segunda e Terceira Geração. Como marco ético de validade universal, cuja implementação constitui responsabilidade intransferível do Estado.

III - Proposta de ação e diretrizes de trabalho

1 - Recomendações para atividades nacionais e regionais

Recomendamos que nos Estados e, antes de mais nada, nas distintas esferas da sociedade se iniciem com a maior rapidez atividades regionais e nacionais que sensibilizem os povos latino-americanos e caribenhos diante do contexto donde surge a intolerância no Continente e diante das possibilidades de ação quanto ao enraizamento da própria identidade e à transformação social e educacional que conduzam à Cultura da Paz, procurando envolver todos os meios de comunicação nestas atividades.

A iniciativa de criar uma embaixada cultural itinerante capaz de trazer a público em nossos países as diversas manifestações culturais (políticas, artesanais, artísticas) das culturas e etnias latino-americanas e caribenhas deveria ter o mais amplo respaldo e impacto.

2 - Pesquisa: mapeamento de focos de intolerância na América Latina e no Caribe

A identificação e caracterização das diversas manifestações de discriminação e intolerância nacional e internacional que ocorrem na região é um passo necessário para conseguir superá-las. Nelas deve ser feita referência explícita tanto às pessoas, grupos ou comunidades que são vítimas da discriminação e da intolerância, quanto às normas e instituições que as consagram.

Um trabalho articulado desde o início permitiria operar sobre a base de uma certa metodologia, de instrumentos, de objetivos e de difusão compartilhados.

3 - Inventário e divulgação de experiências positivas de Tolerância na América Latina e no Caribe

A celebração do Ano Mundial da Tolerância deve contribuir para devolver a voz e o rosto a

inúmeras experiências positivas de Tolerância que ocorreram e ocorrem em diversos grupos e, até agora, têm permanecido ocultas, mesmo lá onde se originaram.

Para isto, recomenda-se buscar a forma mais eficiente de organizar a compilação e a difusão das experiências mencionadas, dando ênfase a seus atores sociais como aporte vivencial para a consecução dos objetivos propostos pela UNESCO.

IV - Campanhas e programas de educação para a paz

Propomos um compromisso global na região a fim de modificar os currículos de ensino em todos os níveis, especialmente os de história pátria, criando-se também diretrizes técnicas para sua implementação e para a formação de professores. Trata-se de poder cotejar as contribuições dos grupos étnicos e a "história oficial", normalmente escrita pelas elites, num mesmo patamar de valor.

Nesta tarefa, serão bem-vindas as contribuições de educadores de todas as etnias e serão levadas em conta as experiências feitas neste campo nos diversos países da América Latina e do Caribe, com a colaboração de acadêmicos e de grupos de ação.

A mudança dos currículos deverá ser acompanhada de uma campanha de divulgação, pelos meios de comunicação, dos valores das contribuições históricas dos diferentes grupos étnicos e das reivindicações e denúncias que estes tenham que fazer. Tal divulgação deverá ser feita em programas diários com a mesma qualidade dos programas comerciais, como o exige a importância da popularização da tolerância e o respeito mútuo entre os seres humanos.

V - Recomendação final

Este Encontro nos permitiu uma frutífera aproximação e um vivo intercâmbio de experiências. Daí recomendarmos que os documentos do Encontro sejam devida e prontamente ordenados, conservados e publicados, a fim de potencializar seus benefícios em prol da causa da Tolerância no Continente Americano.

Comitê de redação:

Presidente: Prof. Carlos B. Gutierrez - Univ. de Los Andes de Bogotá - Colômbia; Prof. Antônio Sidekum - Unisinos - Brasil; Prof. Carlos Alberto Silva - Fundação Cultural Palmares - Brasil; Prof. Carlos Soukassian - Fundacion Sérgio Karakachoff - Argentina; Prof. Junot Cornélio de Matos - UNICAP - Brasil; Prof. Manuel Restrepo Yusti - Consejería Presidencial Para Derechos Humanos - Colômbia; Prof. Sebastián Cox - Forja. Formação Jurídica para a Ação - Chile.

O pinião

Por que a intolerância?

José Ricardo Figueiredo

Aspectos Sócio-Econômicos


Ao analisar o preconceito e a intolerância raciais na sociedade americana, em "Capitalismo Monopolista", os economistas americanos Paul A. Baran e Paul M. Sweezy apontam três fatores:

1) interesses privados que se beneficiam diretamente com a existência de um grupo socialmente segregado

a) empregadores que lucram graças à disponibilidade de trabalho barato, especialmente no setor de serviços e no trabalho doméstico.

b) empregadores que lucram com a divisão da força de trabalho, jogando um grupo contra o outro (p e : parcela ponderável da população negra no interior dos EUA foi empregada para recrutamento de fura-greves).

2) as pressões psico-sociais geradas por uma sociedade desigual, estratificada, e altamente valorizada do status social. Cada grupo de status tem a necessidade psicologicamente enraizada de compensar os sentimentos de inferioridade e de inveja para aqueles que estão acima, pelos sentimentos de superioridade e de desprezo em relação àqueles que se acham abaixo. Assim, um grupo especial de párias no fundo da estratificação social funciona como uma espécie de pára-raios para as frustrações e hostilidades de todos os grupos que lhe estão acima.

 "A escolha do ano de 95 como Ano Mundial da Tolerância pela ONU foi extremamente oportuna, em vista do agravamento dos conflitos étnicos, nacionais, religiosos e raciais nesta década."

3) As mudanças tecnológicas, e seu impacto na procura de diferentes tipos de trabalhadores, opera como agravante da posição relativa dos negros. Com a diminuição da procura por trabalho não-especializado, os mais pobres, e particularmente os negros foram sendo de modo geral cada vez

mais preteridos no mercado de trabalho. Assim, a taxa de desemprego entre negros era apenas marginalmente superior à dos brancos até a década de 40, tornando-se o dobro desta no início da década de 60.

O caráter determinante da estrutura sócio-econômica sobre as relações raciais ocorre também sobre as relações étnicas, religiosas, e de gênero.

Os historiadores são praticamente unânimes em apontar o surgimento do nazi-fascismo na década de 20 como associado à 1ª grande crise econômica deste século.

A atual crise econômica mundial fornece novas evidências empíricas desta relação. A escolha do ano de 95 como Ano Mundial da Tolerância pela ONU foi extremamente oportuna, em vista do agravamento dos conflitos étnicos, nacionais, religiosos e raciais nesta década. Agravamento que se observa, pelas notícias de jornal, na Europa desenvolvida tanto quanto na África sub-desenvolvida.

No Brasil, que historicamente sempre se orgulhou de sua unidade nacional, vemos agora falar-se de separatismo na região sul, e em São Paulo. Surge um sentimento anti-nordestino, absurdo quando se conhece a enorme importância da emigração nordestina, da Amazônia ao Centro-Sul.

O extermínio de menores abandonados exemplificada a crueldade aonde podem chegar os sentimentos racistas contra negros ou contra nordestinos.

A imbricação entre a estrutura sócio-econômica e as relações raciais, étnicas, religiosas e entre os sexos, e o agravamento dos conflitos no contexto da crise econômica indicam que o realce da tolerância nas relações humanas exige esforços nos sentidos da saída da crise econômica, e da minimização das desigualdades sociais.

Cabe destacar, como notícia alentadora, a recente declaração da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), condenando o receiturário recessivo do FMI.

Deve ser enfatizada ainda a importância da revitalização da CEPAL, que no passado deu enorme contribuição ao desenvolvimento da América Latina.

Aspectos Culturais

Em "Consciência e Realidade Nacional" o filósofo brasileiro Álvaro

Vieira Pinto investiga o papel da consciência sobre o processo de desenvolvimento da nação.

Seu trabalho se inicia tipificando a consciência humana segundo as qualificações de consciência crítica ou consciência ingênua. Tais conceitos não se confundem com os de consciência culta ou inculta.

Partindo do reconhecimento de que todo ponto-de-vista é necessariamente condicionado pela posição - social, profissional, nacional - do sujeito, e que, neste sentido, não existe ponto-de-vista preferencial a partir do qual se forme uma perspectiva intrinsecamente superior à outra, Álvaro Vieira Pinto define a consciência crítica, em oposição à consciência ingênua, como aquela que compreende as categorias que conformam seus próprios enunciados.

"Uma consciência é tanto mais capaz de representar a realidade quanto melhor conhece:

a) as idéias gerais de que se está servindo para formular a sua representação;

b) a razão porque são essas, e não outras, as idéias gerais que utiliza."

Em seguida o autor passa a descrever e analisar variados traços e feições da consciência ingênua, derivados do desconhecimento dos fundamentos de si própria:

Aponta-lhe o caráter sensistivo e impressionista: funda-se em percepções superficiais, tomando a aparência como expressão última da realidade.


A consciência ingênua é sempre condicionada pelo âmbito individual. Contempla o seu horizonte particular pensando estar abrangendo o universo da realidade. Se, por um lado, toda consciência se vincula ao tempo e ao lugar do sujeito, o pensamento ingênua ignora esta condição. Em decorrência, absolutiza sua própria posição, não vê como é possível pensar diferentemente. Afirmar discordantes de sua posição não são enxergadas como frutos de outros condicionamentos, mas como aberrações. Absolutiza por isto o ponto-de-vista de sua classe, de seu país, de sua raça, ou de sua posição ideológica.

Outras características do pensar ingênua dissecadas por Álvaro Vieira Pinto são a irascibilidade, a precipitação no julgamento, o apelo à violência e o culto do herói salvador.

Esta breve menção ao trabalho de A. V. Pinto é suficiente para observar que a intolerância está plenamente configurada dentro do que o autor define como a consciência ingênua, aquela que desconhece os condicio-

nantes de seu próprio pensar.

Está dentro dos papéis da UNESCO um antídoto poderoso contra o pensamento ingênua assim definido. O papel de promover o intercâmbio cultural no mundo.

 "Talvez se possa esperar da UNESCO uma campanha no sentido de que as televisões comerciais ou públicas possam transmitir não apenas seriados americanos e telenovelas brasileiras, mas também filmes hindus, tailandeses, de todo mundo."

Este século vivenciou uma enorme internacionalização da cultura de massas originada no Hemisfério Norte, particularmente nos EUA.

É profundamente salutar que esta internacionalização cultural perca seu caráter unidirecional, tornando-se multidirecional. Que os latino americanos, por exemplo, possamos conhecer a cultura africana ou asiática tanto quanto a europeia ou norte americana. Que os brasileiros possamos conhecer aos argentinos e venezuelanos.

Talvez se possa esperar da UNESCO uma campanha no sentido de que as televisões comerciais ou públicas possam transmitir não apenas seriados americanos e telenovelas brasileiras, mas também filmes hindus, tailandeses, de todo mundo.

Não seria uma campanha para enfatizar o discurso sobre a tolerância, mas apenas para permitir a cada indivíduo uma visão mais plural sobre o mundo circundante, sobre outras raças, outras religiões, outros povos, outros valores.

José Ricardo Figueiredo é Professor do Departamento de Energia da Faculdade de Engenharia Mecânica/Unicamp e Presidente Adunicamp.

RELATÓRIO DA COMISSÃO DE POLÍTICA DE PESQUISA

A Comissão de Política de Pesquisa Científica e Acadêmica, criada juntamente com outras Comissões de Estudos - pelo C. R. Adunicamp, tem realizado reuniões regularmente na sede da entidade. Compõem a Comissão os professores: Renato Dagnino/IG, Denise Braga/IEL, Rafael Mendes/FEE, Rachel Meneguello/IFCH, M. Cecília A. T. da Silva/Feagri e J. Ricardo Figueiredo/FEM (Adunicamp). A partir das discussões já realizadas, foram produzidos alguns textos (à disposição na sede da Adunicamp). Reproduzimos, a seguir, o relatório produzido a partir de temas debatidos nas reuniões.

1. Objetivo da Comissão :

- constata-se que a universidade não tem explicitado, ao longo de sua trajetória, uma política de pesquisa. Tentativas neste sentido foram apenas pontuais e de curta duração. Não obstante, é forçoso reconhecer que, mesmo que por omissão, existe uma política (ou agregado de políticas) sendo implementada. Considera-se necessário fazer uma proposta de política de pesquisa para a UNICAMP que possa orientar nossas ações neste campo, contribuindo, também, para aumentar a eficácia das outras atividades que levamos a cabo na Universidade.

- não interessa à Comissão centrar a discussão no levantamento e análise da experiência passada (acredita-se que esta seja uma tarefa permanente da direção da Universidade). O objetivo maior da Comissão é iniciar um processo de discussão que venha a abarcar um número crescente de colegas e as instâncias de coordenação da Universidade.

2. Situação atual da pesquisa.

- o achatamento do salário dos professores tende a acarretar:

a. crescente diminuição da autonomia do pesquisador na definição do conteúdo de sua pesquisa.

- o pesquisador é obrigado a buscar auxílio financeiro fora da universidade.

- embora a universidade seja a principal provedora das condições materiais para a pesquisa, o adicional alocado por fontes externas termina por definir o caráter e conteúdo da mesma. Os interesses da universidade podem estar sendo relegados a um plano secundário.

b. dependência das bolsas de pesquisa (e outros auxílios) para a complementação do salário, leva a uma adaptação aos parâmetros de avaliação atualmente adotados pelas agências financiadoras.

c. a atuação das agências de financiamento tem possibilitado a realização de projetos - tanto individuais como em grupo - de boa qualidade, avaliada segundo parâmetros do 'main stream' acadêmico internacional. E a adequação à nossa realidade?

3. Como tem-se dado a orientação da pesquisa na UNICAMP.

- período Zeferino Vaz = "estabelecendo vocações": contratação de grupos de pesquisadores em "ciência dura" em áreas específicas visando realização de projetos de pesquisa de excelência.

- período Pinotti = "recuperando as condições materiais para a pesquisa": embora sem grande ênfase à pesquisa, estimulou-se a prestação de serviços assistenciais à comunidade, em especial o atendimento médico.

- período Paulo Renato = "modernização tecnológico-industrial via pesquisa": proposta de cinco linhas de pesquisa em novas tecnologias visando subsidiar o projeto de modernização formulado pelo governo federal.

- período Vogt = "qualidade e setor produtivo": ênfase na qualidade do corpo docente aferida por critérios quantitativos. O estreitamento dos vínculos com a empresa como maneira de atenuar a escassez de recursos e conferir uma finalidade, ainda que imediatista, à pesquisa universitária.

4. Necessidade de estabelecer uma política de pesquisa na universidade.

- atualmente, ao discutir as necessidades do país, a comunidade universitária tem considerado duas posições extremas:

a. a pesquisa é apenas necessária para a formação de recursos humanos. Isto é, seu conteúdo e qualidade devem estar pautados por critérios universais;

b. a pesquisa só se justifica porque é necessária na luta contra a "fome e a miséria", etc. Isto é, a realização de pesquisa deve estar totalmente direcionada para desenvolver tecnologia voltada para estas finalidades.

- é necessário consolidar na UNICAMP uma terceira posição que, evitando extremos inconseqüentes, e com base nas características de nossa universidade (em especial sua orientação para a pesquisa e a pós-graduação), permita aumentar sua função social.

- em países altamente industrializados pode-se observar que há uma parcela considerável do investimento em pesquisa, destinada à pesquisa desinteressada. Contudo, a maior parte do investimento está engajada nos interesses básicos do país.

- no Brasil, a política de Ciência & Tecnologia definiu-se como política pública sem uma orientação precisa. Nesse cenário, as universidades ficam descobertas de recursos e de planos de priorização: os mecanismos de estabelecimento de prioridades de pesquisa são elaborados pelo Governo e definem áreas tópicas, para as quais os recursos são alocados.

- apesar da existência de uma pressão social oculta, componente da agenda dos tomadores de decisão, observa-se que a pesquisa desenvolvida na universidade carece de função social. Em termos globais, a idéia de ciência

como algo bom em si mesmo predomina no país. Em consequência, tende a ser reforçada a manutenção da autonomia em seu sentido amplo.

- uma das faces do debate entre pesquisa engajada e pesquisa descomprometida é o contexto que define a direção predominante. Uma maneira de aumentar a eficácia deste debate é estabelecer com maior clareza a contribuição que a pesquisa poderia dar para o equacionamento das necessidades sociais.

- trabalhos individuais ou de pequenos grupos, sem orientação comum, não estabelecem uma vocação para a pesquisa na universidade. É necessário que se estabeleçam algumas prioridades que estimulem e agreguem pesquisadores e que permitam a criação desta vocação.

- sinergia multidisciplinar: pesquisas com seu conteúdo definido mediante o envolvimento de pesquisadores de várias áreas de conhecimento, visando a abordagem de questões relevantes para o País, e executadas de forma interdisciplinar, poderão multiplicar o impacto da UNICAMP no cenário nacional e internacional.

- capacidade de antecipação: mais do que atender a demandas de curto prazo, que até agora não têm carecido de forma importante de resultados da pesquisa universitária, nossa política de pesquisa deve buscar antecipar problemas e buscar soluções de longo prazo.

- ligação com o setor produtivo: a menos que a empresa nacional se sinta pressionada para a realização de P&D, e internalize uma capacitação mínima para tanto, dificilmente poderá a universidade lograr uma vinculação coerente com sua função.

- problemas da nossa realidade por nós considerados relevantes poderão gerar projetos de qualidade a serem financiados pelas agências e fugindo da contradição que tem marcado nossa atuação.

- uma política de pesquisa como a que se pretende poderá influenciar outras instituições envolvidas com a área de C&T, menos capacitadas mas igualmente carentes de uma definição a respeito.

5. Questões levantadas.

- problema desta orientação vir a isolar pesquisadores cujo trabalho não está relacionado com a direção da política que venha a ser proposta. Argumento apresentado:

o estabelecimento desta política não impedirá a realização de pesquisas individuais. Já existe inclusive um mecanismo específico, interno à Universidade (FAEP), com este objetivo. Elas continuariam a ser efetuadas, inclusive recebendo apoio de agências externas, como ocorre no momento.

- problema da proposta de política não estar ligada a um projeto nacional global. Argumentos apresentados:

embora tenha havido no passado uma definição de prioridades para C&T, o governo não atuou coerentemente com elas.

atualmente não existe prioridade definida.

uma universidade como a UNICAMP tem capacidade mais que suficiente para, a partir do estabelecimento de um cenário desejável futuro, definir metas de desenvolvimento científico e tecnológico que orientem sua política de pesquisa.

- como adequar a pesquisa a uma demanda que não é explicitada pela sociedade?

a área de Ciências Humanas tem grande importância para tanto, auxiliando no diagnóstico e antecipação de problemas, norteados a definição da política de pesquisa.

6. Conclusões preliminares e encaminhamento dos trabalhos.

- parece haver duas visões com relação à responsabilidade social da pesquisa da Unicamp. A primeira limitada ao levantamento e denúncia dos problemas fundamentais da sociedade brasileira. A segunda que propõe, a partir desse levantamento, a elaboração de projetos de relevância social. Os quais promoveriam também importante impacto interno na formação dos professores e na necessária renovação curricular.

- há consenso acerca de que grande parte dos chamados problemas sociais (aqueles que afetam a maioria da população) tenha na mudança política da sociedade brasileira a condição necessária para sua solução. Mas há também consenso acerca de que o equacionamento de muitos desses problemas demandará ações que a Universidade, juntamente com outros atores sociais públicos e privados, pode desempenhar. Buscar soluções rápidas e eficazes para esses velhos problemas, a partir de um adequado diagnóstico interdisciplinar e lançando mão do conhecimento atualmente disponível é uma tarefa para a qual a UNICAMP está especialmente adaptada.

- uma avaliação global das potencialidades da UNICAMP permite identificar competências para o tratamento de problemas sociais de natureza multidisciplinar. Transformar esses problemas "sociais" em problemas "científicos" passíveis de serem tratados por grupos de pesquisa formados por professores de distintas unidades, traduzi-los em projetos interdisciplinares de relevância social, econômica e tecnológica, é uma tarefa a ser seriamente encarada. Ela se afigura como um passo mais a ser dado pela UNICAMP na sua trajetória inovadora, como um empreendimento à altura da maturidade e excelência já alcançadas.

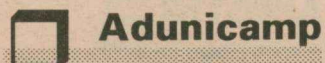
- é justamente auxiliar na reflexão deste tipo de questão, ao lado de outras iniciativas similares, o objetivo desta comissão. E é a partir do interesse demonstrado pelos colegas e pelas autoridades universitárias que julgamos possível encaminhar uma política de pesquisa para a UNICAMP que possibilite aumentar a excelência de nossa pesquisa, a relevância social dos resultados de nosso trabalho, a qualidade dos profissionais que formamos.

De maneira a dar continuidade aos trabalhos, a Comissão considera necessário:

a. seguir contactando lideranças científicas nas unidades visando gerar propostas de possíveis linhas de pesquisa orientadas a uma função social.

b. realizar um evento (mesa redonda) sobre "Uma Política de Pesquisa para a Unicamp", envolvendo docentes e alunos, bem como a administração da Universidade.

c. elaborar um projeto piloto, coerente com as idéias aqui levantadas, que agregue pesquisadores e que busque recursos financeiros para sua execução.



Adunicamp terá nova sede

Já há alguns anos a Adunicamp vem envidando esforços no sentido de conquistar uma nova sede.

Conquistando um espaço maior, ela teria condições de ampliar a prestação de serviços ao conjunto dos associados, o que, nas condições atuais não seria possível, constituir um novo espaço cultural à disposição dos docentes, além de possibilitar melhores condições de trabalho a seus funcionários. Uma sede planejada de acordo com essas perspectivas significaria a possibilidade de um local definitivo para a entidade.

Em 1990, conseguiu-se por parte da Reitoria, gestão do Prof. Carlos Vogt, o compromisso com a doação do terreno e mão-de-obra para a construção da nova sede. À Adunicamp caberia arcar com os recursos financeiros necessários para a compra de material de construção em geral.

Foi feita, então, a doação de um terreno com área de aproximadamente 7.250,00 m², localizado próximo ao Centro de Computação (Av. Alberto Einstein).

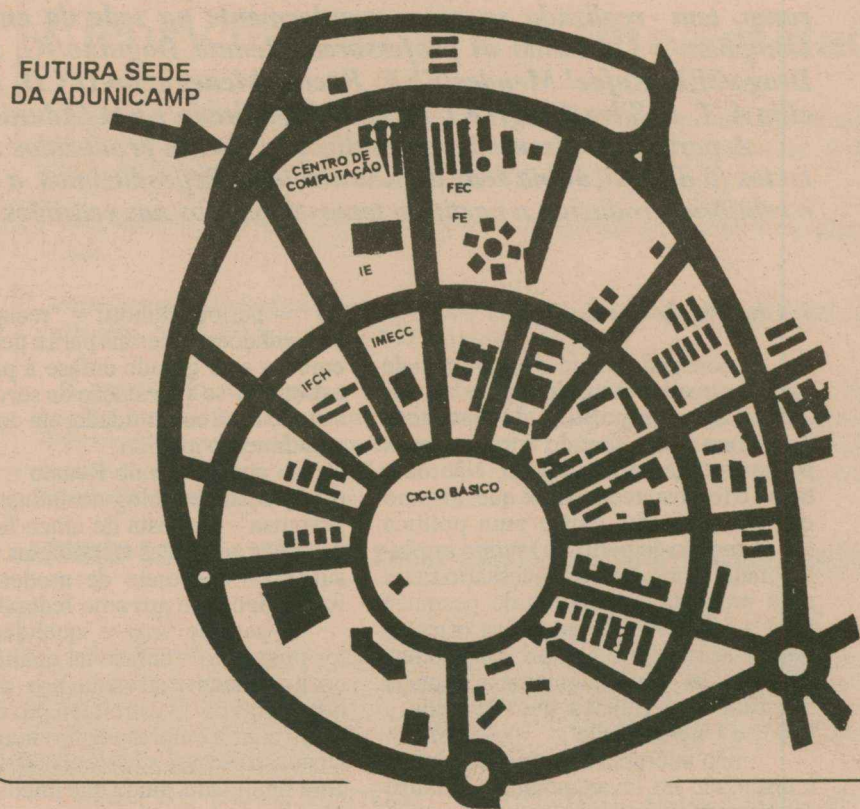
Animada com o terreno, em 1992, a diretoria da Adunicamp lançou o "Projeto Participativo", convidando os docentes a enviarem sugestões sobre o projeto da futura sede da Adunicamp, que foi gentilmente elaborado pela Profa. Dóris C. Cornélie K. Kowaltowski, do Departamento de Construção Civil da Faculdade de Engenharia Civil. O projeto prevê uma área total de 1.097,20 m², sendo 742,20 m² de área útil e 355,00 m² de circulação.

À época, foram estimados custos da obra a serem desembolsados pela Adunicamp, chegando-se a um total de US\$ 219.440, com base em gastos de US\$ 200/m².

Nossa diretoria já obteve do atual Reitor, prof. José Martins Filho, a reiteração dos compromissos assumidos anteriormente.

Entendemos que, com a elevação do percentual de contribuição dos associados à Adunicamp - de 0,3% para 1,0% - também esta conquista se tornará viável: a construção da nova sede da Adunicamp.

LOCALIZAÇÃO DO TERRENO NO CAMPUS:



PROJETO DA FUTURA SEDE DA ADUNICAMP:

